

pt



União Europeia
Política Regional

inforegio

| N.º 28 | Dezembro 2008 |

panorama



**Livro Verde sobre
a Coesão Territorial:
perspectivas futuras**

Índice

Livro Verde sobre a Coesão Territorial: *perspectivas futuras*

Livro Verde sobre a Coesão Territorial – Tirar Partido da Diversidade Territorial

Quais as questões em torno do futuro da política de coesão na Europa?
A revista Panorama apresenta o Livro Verde e analisa
algumas das suas questões fundamentais.

O Livro Verde visto de diferentes ângulos

Cinco entrevistas dão uma ideia de como as pessoas directamente
envolvidas vêem o Livro Verde, o seu alcance e os seus objectivos.

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial: o que é e como funciona

Este novo instrumento da Comissão visa ajudar as regiões a associarem-se numa
entidade jurídica, a diminuir a burocracia e a eliminar os obstáculos à cooperação.

Reportagem: Conferência de Paris sobre a Coesão Territorial e o Futuro da Política de Coesão

A revista Panorama viajou para Paris para assistir a uma conferência
de dois dias e dar conta das principais mensagens e dar uma visão
geral das opiniões e das questões suscitadas para aprofundar o debate.

Agenda

REGIO e Redes

Em linha

Fotografias (páginas): European Commission (3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17),
EPA PHOTO / CTK / MILAN KOSECEAR (6), EPA PHOTO / ATTILA KISBENEDEK (8).

Capa: Wind generator at Blyth, United Kingdom. Foto: European Commission.

Editor: Raphaël Goulet, Comissão Europeia, DG Política Regional.

Outros colaboradores: Tipik S.A.

Esta revista é impressa em inglês, francês e alemão em papel reciclado e encontra-se
disponível nas 22 línguas da União Europeia no seguinte endereço electrónico:
http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não
reflectem necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.

4



8



12



13



18

19

20

Breves

Coesão Territorial – Tirar Partido da Diversidade Territorial

O Livro Verde sobre a Coesão Territorial que a Comissão publicou recentemente desencadeou um debate sobre questões fundamentais para o funcionamento da UE. Longe de ter efeitos apenas na política de coesão, este documento suscita questões sobre a natureza da cooperação territorial, sobre a forma como as pessoas usam os espaços em que vivem, sobre as implicações territoriais das políticas sectoriais e sobre a relação entre cooperação e competitividade. Os estilos de vida estão a mudar e desafios antes imprevistos estão a evoluir. Os governos na Europa, a todos os níveis, têm de encontrar respostas. Mas como?



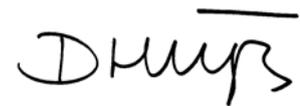
Com um debate tão fecundo a abranger uma variedade de assuntos, este número da revista Panorama centra-se exclusivamente no Livro Verde. Analisamos o próprio Livro Verde, fazemos uma reportagem da conferência de dois dias realizada em Paris para o seu lançamento, entrevistamos cinco pessoas envolvidas directamente a vários níveis na política regional para saber quais as suas expectativas e os seus receios e apresentamos o novo instrumento da UE para facilitar a cooperação regional transfronteiriça – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, AECT.

A dimensão territorial está no centro da política de coesão desde a sua origem, através do sistema de elegibilidade, do sistema de distribuição de recursos financeiros ou da forma como se organizou a programação. Mesmo assim há muito quem pense que é necessário melhorar o modo como as políticas públicas dão resposta às necessidades territoriais, mesmo não havendo actualmente qualquer acordo sobre a forma de o fazer. Neste contexto, o Parlamento Europeu, as reuniões informais dos Ministros do Desenvolvimento Urbano e da Coesão Territorial realizadas em Leipzig em 2007, bem como muitas associações representativas de determinados tipos de territórios solicitaram à Comissão que apresentasse um documento sobre a coesão territorial. O Livro Verde constitui a nossa resposta.

Ao lançar este debate, a Comissão pretende conseguir um entendimento comum sobre a coesão territorial e soluções europeias comuns.

Convido todos os leitores a lerem este número da revista Panorama e a visitarem o sítio *web Info regio* dedicado ao Livro Verde: http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm

Junte-se ao debate e faça-nos chegar os seus pontos de vista!



Danuta Hübner
Comissária responsável pela Política Regional

Livro Verde sobre a Coesão Territorial – Tirar Partido da Diversidade Territorial

Densidade, distância e divisão: três factores que o relatório do Banco Mundial de 2009 identifica como podendo afectar o ritmo de desenvolvimento económico e social. No seu Livro Verde sobre a Coesão Territorial, a Comissão indica três frentes possíveis para abordar estes desafios; considera regiões com características geográficas específicas; discute a noção de coesão territorial na programação das políticas da UE e lança para debate o tema da coesão.

Em 2006, o Conselho adoptou as Orientações Estratégicas Comunitárias onde se referia «a promoção da coesão territorial como parte integrante do esforço necessário para conceder a todo o território da União a oportunidade de contribuir para a agenda em matéria de crescimento e emprego». As Orientações Estratégicas para o desenvolvimento rural também salientam o contributo dos programas que lhe estão associados para a coesão territorial.

Cada vez mais se reconhece a necessidade de promover a cooperação, o diálogo e a parceria entre os diferentes níveis de governo, as organizações e as pessoas que aplicam a política no terreno.

Atendendo a estas questões e às alterações decorrentes do último alargamento, à necessidade de harmonizar forças para fazer face aos desafios de uma economia global e ao imperativo de trabalhar para um crescimento mais sustentável, a Comissão publicou este Livro Verde e lançou a sua fase de consulta. E o que há verdadeiramente para discutir?

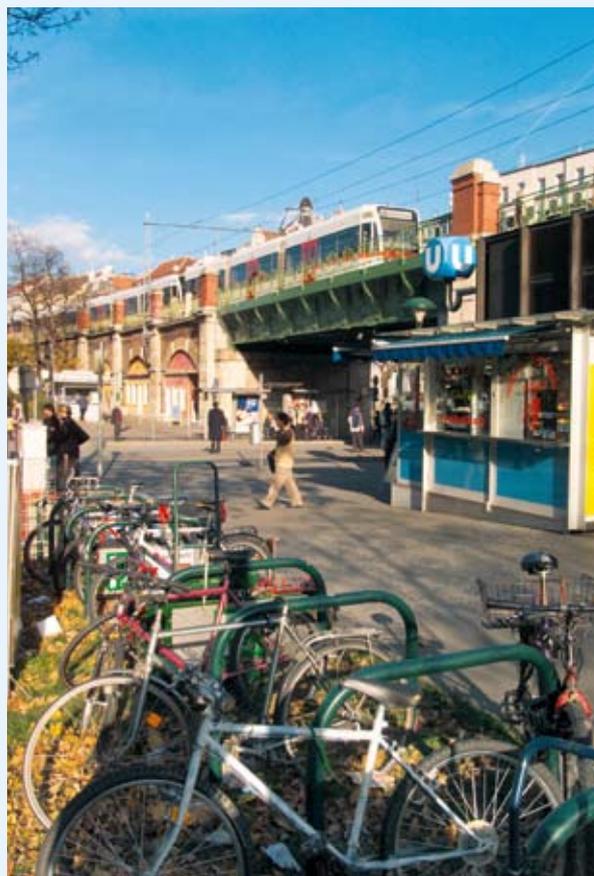
Concentração – Interligação – Cooperação: responder aos desafios

Concentração

A UE tem um padrão de aglomerações pouco habitual, com cerca de 5 000 cidades e quase 1 000 grandes cidades espalhadas por toda a Europa. Embora a rede urbana seja relativamente densa, apenas 7 % da população vive em cidades com mais de cinco milhões de habitantes, contrariamente a 25 % nos EUA.

A nível global, as cidades são mais pequenas na UE e este facto tem repercussões na produtividade. A UE caracteriza-se por uma menor concentração espacial da actividade económica do que outras zonas desenvolvidas do mundo – o que reflecte um certo estilo de vida europeu que valoriza o desenvolvimento sustentável, a protecção dos recursos naturais e as tradições culturais. Tudo isto significa que embora a vida urbana seja uma característica generalizada, não é concentrada: os habitantes das cidades vivem perto de zonas rurais e os residentes rurais vivem muitas vezes não muito longe de serviços. As cidades de pequena e média dimensão são mais importantes do que a sua dimensão pode sugerir e oferecem infra-estruturas e serviços que são essenciais para evitar a desertificação rural e a corrida para as cidades.

Num território caracterizado por um grande número de pequenas e médias cidades, como é que se conseguem alcançar as vantagens da actividade económica concentrada, evitando



Os benefícios económicos das concentrações devem ser incentivados, ao mesmo tempo que se devem preservar os aspectos positivos das cidades europeias.

ao mesmo tempo o reverso da medalha, como a poluição, os congestionamentos, a degradação urbana e a exclusão social? A resposta reside na promoção da cooperação, na interacção e na interligação entre pequenas e grandes cidades e as zonas rurais circundantes. Para beneficiar do aumento de produtividade resultante da concentração da actividade económica, a Europa precisa de atingir uma massa crítica através do estabelecimento de redes, em vez de grandes cidades que criem esse efeito através de números enormes.

A coesão territorial interroga-nos sobre como tirar o máximo partido desta estrutura de povoamento única e diversificada, uma vez que os cidadãos europeus não devem ser prejudicados no que se refere a oportunidades de emprego, condições de alojamento, acesso aos serviços públicos e outros serviços, simplesmente por viverem numa região e não noutra.



Os sistemas avançados de gestão do tráfego contribuem para aproximar fisicamente as pessoas, ao passo que uma melhor utilização da tecnologia ajuda, por sua vez, a partilhar ideias.

Interligação

Por mais equilibrado que seja o urbanismo no futuro, é preciso conciliar as grandes aglomerações com as pessoas que lá vivem. Vêm imediatamente à ideia as ligações de transportes, mas a interligação também implica um bom acesso à internet em banda larga, ligações a fornecimentos de energia fiáveis, ligações entre centros de investigação e as empresas e a garantia da satisfação das necessidades especiais dos grupos desfavorecidos.

Nos novos Estados-Membros, as boas ligações rodoviárias são escassas e as ferroviárias estão mal distribuídas: na maior parte destes países, as vias-férreas não suportam a alta velocidade e precisam frequentemente de reparação. É preciso instalar sistemas de gestão de tráfego avançados. A redução de CO₂ que poderia resultar da mudança para transportes por mar não está a ser conseguida – os transportes por mar e por vias navegáveis interiores continuam subdesenvolvidos.

O acesso a serviços de interesse geral, como a saúde ou a educação, é muitas vezes um problema nas zonas rurais. Nas regiões remotas, em média mais de 40 % da população vive a mais de meia hora de carro de um hospital e 43 % a mais de uma hora de uma universidade. Não está a ser explorado o potencial das TIC para oferecer telemedicina e aprendizagem a distância.

As zonas metropolitanas que abarcam fronteiras locais e regionais e as regiões fronteiriças da UE-15 beneficiam desde há muitos anos da política de coesão com resultados positivos, incluindo a melhoria das acessibilidades e da qualidade e eficiência de cuidados de saúde transfronteiriços – uma questão importante porque não existem regras claras sobre o acesso a estes cuidados.

Para debate:

é necessário desenvolver políticas coerentes de infra-estruturas e de cooperação económica nos novos Estados-Membros e nas regiões fronteiriças da antiga cortina de ferro. Também é preciso trabalhar no sentido de aumentar a utilização dos espaços marítimos e a travessia das fronteiras terrestres-marítimas.

Para debate:

é necessário um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, que reforce a competitividade e respeite simultaneamente os recursos naturais, como os espaços rurais abertos. Este desenvolvimento deve assegurar igualmente a coesão social. Tal implica evitar concentrações excessivas de crescimento e ao mesmo tempo ajudar toda a gente a partilhar os benefícios dos equipamentos proporcionados pela vida nas cidades – acesso a hospitais e a escolas, por exemplo.

A UE está rodeada a sul e a leste por regiões que têm um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* ainda mais baixo do que o das zonas fronteiriças externas da União – que por sua vez já têm as taxas mais baixas do PIB na UE. Alguns destes países fora da UE têm igualmente populações em crescimento, por isso a pressão migratória é grande.

Cooperação

As questões que exigem cooperação mais estreita podem ser subtis – problemas que parecem afectar apenas uma região podem de facto ser provocados fora desse território. A contaminação dos solos parece ser um problema meramente local quando surge. Mas os poluentes enterrados num país podem causar infiltrações que afectam outro – as águas subterrâneas e minerais podem degradar-se e quando um país se comporta irresponsavelmente pode ser outro que paga a factura. As alterações climáticas e as consequentes inundações, os fogos e secas que daí derivam são desafios mais óbvios, que exigirão uma cooperação transfronteiriça cada vez mais eficaz.

Embora as considerações ambientais ponham em causa as nossas antigas noções de limites, fronteiras e regiões independentes, a natureza do trabalho moderno também exige parcerias mais estreitas entre zonas que anteriormente se consideravam a si próprias entidades descontínuas e separadas. O desenvolvimento económico, os transportes públicos, o acesso aos cuidados de saúde, ao ensino superior e à formação – tudo ultrapassa as fronteiras regionais.

O valor acrescentado da cooperação é amplamente reconhecido. Após 14 anos de programas orientados para esta questão, a Comissão espera que o Livro Verde chame a atenção para os benefícios de a cooperação territorial passar a um novo nível. Isto já começa a ver-se na nova Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico – um terreno de ensaio para repensar a natureza da cooperação territorial que dá ênfase a estratégias mais coerentes, objectivos comunitários partilhados e instrumentos de execução vigorosos.

Mas os ideais têm de ser postos em prática e é preciso encontrar formas para ajudar a promover os objectivos. O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) proporciona às diversas administrações um quadro jurídico para trabalharem em conjunto – mas pode e deve fazer-se mais.

Para debate:

é preciso propor um conjunto de instrumentos mais simples e mais eficazes e adaptáveis para facilitar a cooperação entre diferentes culturas administrativas e institucionais; o AECT é um bom primeiro passo.

Para debate:

as regiões com características geográficas específicas exigem medidas políticas especiais?

Geografia – amiga ou inimiga?

As regiões montanhosas e insulares apresentam características económicas tão específicas quanto a sua topografia. Embora em muitos casos o turismo lhes tenha prestado bons serviços, expandindo a economia local e fornecendo-lhes os meios e o fundamento para ligações de transportes e bons serviços básicos, também as tornou vulneráveis. A dependência de um único sector coloca em risco estas economias, risco que se torna mais intenso com os desafios das alterações climáticas – as ilhas enfrentam a subida dos níveis do mar e a erosão costeira; as montanhas o recuo dos glaciares e a diminuição da queda de neve.

A acessibilidade é outra barreira cumulativa do desenvolvimento – as ilhas são frequentemente periféricas e as zonas montanhosas funcionam em muitos casos como barreiras naturais entre Estados-Membros, reforçando os efeitos fronteiriços. A cooperação internacional nestas zonas é por isso essencial não apenas para as próprias zonas montanhosas, mas também para as zonas de planície que separam.

Porquê a publicação agora de um Livro Verde?

A discussão sobre o desenvolvimento territorial teve início no começo dos anos 90, com a publicação de dois relatórios: Europa 2000 e Europa 2000+. Mas só em 1995, durante uma reunião em Antuérpia da Assembleia das Regiões Europeias, é que o conceito de coesão territorial surgiu pela primeira vez.

Dois anos mais tarde este conceito foi introduzido no Tratado de Amsterdão (artigo 7.º-D) e em 1999 os Estados-Membros adotaram o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC). Frequentes reuniões dos Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, pertencentes a vários governos, levaram à adopção de uma Agenda Territorial que estabeleceu três prioridades para a coesão:

- Centrar as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento territorial na valorização dos recursos territoriais;



Elementos geográficos tais como as cadeias de montanhas constituem um desafio às nossas tradicionais noções de fronteiras.



Política de coesão - como transformar os desafios territoriais em factores de êxito.

- Reforçar as ligações entre territórios e a sua integração promovendo a cooperação e os intercâmbios; e
- Aumentar a coerência das políticas da UE com impacto territorial.

A ênfase dada à coesão territorial a nível intergovernamental mostrou que o debate estava suficientemente avançado para apontar para uma visão comum de como a coesão se enquadra nas políticas da UE – depois de um ano de preparação, foi publicado o Livro Verde para consolidar opiniões e traçar um caminho futuro.

Passar a coesão territorial para um novo nível

Até agora, a pedra angular tradicional do financiamento da coesão e a unidade de análise em que a política se baseia têm sido as regiões administrativas de média dimensão dos Estados-Membros, as designadas NUTS-2, identificadas pelo EUROSTAT como partilhando um conjunto de parâmetros comuns.

A cooperação territorial exige uma abordagem mais flexível da geografia, que considere tanto as regiões mais pequenas como as maiores, como a Bacia do Danúbio e a região do Mar Negro. Mas a análise não pára aí; a nova abordagem da geografia também tem em conta os níveis de cooperação e as redes como características geográficas, dando outra dimensão ao modo de considerar a configuração da União Europeia.

O argumento de que precisamos de um contraponto territorial para as políticas sectoriais à escala da UE está a ganhar velocidade, tal como o facto de que a política necessita de ser adaptada a nível local para funcionar bem. É o que está a começar a acontecer com certos programas regionais, que transferem os orçamentos globais directamente para as cidades envolvidas e permitem-lhes que dêem a sua opinião quanto à concepção e execução dos projectos. A ênfase é colocada na decisão política com base local, com o termo «território» a lembrar às autoridades que precisam de conhecer a situação da região antes de formularem as políticas. É preciso mudar o planeamento das políticas sectoriais. O desenvolvimento das políticas sectoriais deve ter em conta, a todos os níveis, o impacto que as políticas irão ter nas próprias regiões. Agricultura, inovação, desenvolvimento sustentável – não é possível uma solução única.

O Livro Verde afina a abordagem, argumentando que é preciso tornar explícita a atenção implícita que é dada à coesão territorial – a política regional, como a sua descrição implica, devia ser aplicada a diferentes tipos de regiões, no sentido vulgar desta palavra ou, para usar outro termo, de territórios. É preciso incentivar uma focagem subnacional que dê ênfase a políticas de «base local» que se integrem com as políticas em sectores como o desenvolvimento sustentável e o acesso a serviços.

Sugerindo uma geografia mais flexível, o documento não questiona a competência nacional e regional no domínio do ordenamento do território e da utilização do solo. Como explica Danuta Hübner, Comissária responsável pela Política Regional: «Temos de explorar novas formas de governação para reforçar mais a combinação difícil, mas essencial, da direcção europeia de alto nível com o ajustamento da base para o topo às necessidades e preferências locais».

A diversidade como força e não como obstáculo

Paralelamente a uma alteração de perspectiva, vem uma alteração de filosofia – a cooperação não consiste apenas em tentar ultrapassar as fronteiras nacionais, mas é também um passo essencial para ganhar força.

É preciso afastar estereótipos elementares do tipo «urbano é igual a produtividade – rural é igual a desvantagem», assim como a ideia de que certos tipos de topografia estão indissociavelmente ligados a um baixo PIB. Algumas cidades estão com dificuldades, algumas zonas rurais estão em expansão e a cooperação territorial deve procurar juntar as duas para oferecer a oportunidade às regiões de melhorar a vida das pessoas que aí vivem a todos os níveis.

Os fundos devem ser orientados para sinergias impulsionadoras que são auto-reprodutivas e beneficiam a região depois de o projecto ou programa ter terminado. A orientação deve passar de apoiar para semear o potencial de crescimento – cooperar para competir.

A Comissão agradece a sua opinião durante este processo de debate que irá decorrer até ao fim de Fevereiro de 2009.

Ver o sítio *web* do Livro Verde:

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm

O Livro Verde visto de diferentes ângulos

A selecção de entrevistas a seguir salienta o modo como o Livro Verde é compreendido por um conjunto de pessoas implicadas na política regional. As suas prioridades e posições estão estreitamente associadas às funções que desempenham e para mostrarem essas perspectivas diferentes foram colocadas a cada entrevistado duas perguntas-chave, que são sempre as mesmas. A terceira pergunta foi elaborada por eles próprios e dá uma ideia das suas preocupações principais, que variam consoante a função que desempenham.

Danuta Hübner, Comissária Europeia responsável pela Política Regional

1. Como é que acha que o recente Livro Verde sobre a Coesão Territorial vai alterar as coisas no terreno?

O Livro Verde solicita que consideremos o impacto que políticas como os transportes ou a agricultura têm no terreno. Pergunta como é possível conseguir o desenvolvimento harmonioso de territórios diferentes através de diferentes políticas públicas, em especial através da política de coesão europeia.



É necessário integrar as políticas a todos os níveis, para poder responder às necessidades dos cidadãos que vivem em territórios bem definidos.

A política de coesão pretende assegurar que as pessoas podem aproveitar ao máximo as características específicas dos territórios onde vivem e o Livro Verde abre o debate sobre como garantir isso. Estamos atentos ao que as pessoas têm para dizer neste período de consulta e examinamos cuidadosamente os seus comentários, mas eu acho que há aspectos concretos a ponderar.

Temos de repensar como se define «território» e como elaboramos as políticas. Cada vez mais as pessoas não se limitam às fronteiras administrativas fixadas – viajam diariamente para ir trabalhar e deslocam-se para mais longe para fazer compras ou para se divertirem – por isso a forma como vivem nos territórios está a mudar. Ao mesmo tempo, novos desafios como a globalização, as alterações climáticas e a migração exigem medidas europeias comuns que reúnam todos os níveis de decisão política.

Precisamos de ter uma abordagem integrada da governação a todos os níveis; **as políticas públicas devem satisfazer as**

necessidades das pessoas em territórios definidos de forma apropriada. Estes territórios podem ir de comunidades locais até áreas metropolitanas, de regiões transfronteiriças até bacias marítimas ou fluviais transnacionais.

É preciso avançar para a coordenação das políticas sectoriais e territoriais, ainda que as diferentes políticas se mantenham autónomas. São igualmente necessárias mais parcerias para reforçar a combinação, difícil mas essencial, da direcção europeia de alto nível com a definição, a partir da base, das necessidades e preferências locais.

É necessário um conhecimento mais claro dos nossos territórios, incluindo a dinâmica territorial, os impactos, os cenários, etc., para uma melhor tomada de decisões. Os dados e os indicadores, bem como os métodos, devem poder detectar a natureza complexa do impacto que as políticas podem ter no terreno. Existe um esforço contínuo importante neste sentido, por exemplo no âmbito do programa ESPON.

2. A cooperação parece ser um tema essencial no Livro Verde – que questões pensa que poderão ter de ser ultrapassadas para se conseguir uma verdadeira cooperação regional a nível inter-regional e transnacional?

O preâmbulo do Tratado de Lisboa realça que o objectivo principal da União Europeia é «criar uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa» e «assegurar, mediante uma acção comum, o progresso económico e social dos seus Estados eliminando as barreiras que dividem a Europa».

Para assegurar isto temos de nos concentrar na cooperação e qualquer que seja o modo como fazemos funcionar o mercado interno, continuará a haver barreiras.

Espero que o Livro Verde desencadeie um debate profundo, identificando os desafios comuns a certos tipos de regiões que a cooperação permitirá enfrentar melhor. A cooperação e a partilha de experiências entre regiões podem ser uma alavanca fundamental para estimular um processo de desenvolvimento regional dinâmico e virado para o futuro.

A governação a vários níveis pode dar forma a uma cooperação sustentável em grandes zonas transnacionais, como cadeias de montanhas, aglomerações transfronteiriças e territórios comuns a uma escala mais local. Nestes casos, o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, que pode implicar todos os níveis públicos, parece constituir um instrumento emblemático da UE.

3. O debate sobre a coesão territorial não é prematuro, visto que o Tratado de Lisboa onde está consagrada ainda não foi assinado?

O debate não é prematuro – é importante ter em mente que o conceito de coesão territorial não é novo. Neste contexto, o Parlamento Europeu, a reunião informal dos Ministros do Desenvolvimento Urbano e da Coesão Territorial realizada em Leipzig em 2007, bem como muitas associações que representam tipos específicos de territórios, solicitaram à Comissão que apresentasse um documento sobre a coesão territorial. O Livro Verde é a nossa resposta.

A dimensão territorial está no centro da política de coesão desde a sua origem, através do sistema de elegibilidade, do sistema de distribuição de recursos financeiros e da forma

como a programação foi organizada. Mas há muitas pessoas que consideram necessário melhorar o modo como as políticas públicas dão resposta às necessidades territoriais, mesmo que actualmente não exista um acordo sobre como fazê-lo.

Ao lançar o debate, a Comissão espera conseguir um entendimento comum sobre a coesão territorial e soluções europeias comuns. Mas temos de ter em conta o processo político. O Tratado de Lisboa tornará visível e explícito o objectivo da coesão territorial; mas primeiro tem de ser ratificado. A futura política de coesão aprofundará a dimensão territorial do desenvolvimento; mas actualmente estamos a trabalhar esforçadamente para que a execução dos programas de 2007-2013 seja um êxito. Temos de pensar no futuro, mas ainda há muito que pode ser feito com os Tratados e regulamentos actuais.

Michel Delebarre, Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões desde 2008, Presidente da Câmara de Dunquerque

1. Como é que acha que o recente Livro Verde sobre a Coesão Territorial vai alterar as coisas no terreno?

A primeira vantagem reside na abertura do debate. Este conceito é essencial nos próximos dez anos para a construção da União Europeia. O que queremos dizer com coesão territorial? A minha análise é que cada território deve ter esperança no futuro, deve ser capaz de definir uma estratégia à sua própria maneira. Isto não significa que todos os territórios são iguais, que terão o mesmo número de PME ou o mesmo volume de infra-estruturas. Todas as regiões se deparam com problemas internos associados à coesão territorial e à competitividade. No que nos diz respeito, é necessário deixar que todas as regiões participem plenamente no «concerto europeu», apesar e por causa da sua diversidade. **Nenhum território deve ser abandonado ou deixado para trás no desenvolvimento da UE.**

Temos de avançar com uma política de coesão voluntária para conseguirmos a coesão territorial. Não deve ser uma solução para as políticas da UE que não mudaram, sem ter a ver com o território, por sua própria opção, por exemplo as políticas de investigação ou da agricultura. Não é possível considerar a coesão política ou a coesão territorial como uma solução global para todas estas outras políticas. Trata-se, portanto, de um ponto importante a ponderar para o futuro da UE.

2. A cooperação parece ser um tema essencial no Livro Verde – que questões pensa que poderão ter de ser ultrapassadas para se conseguir uma verdadeira cooperação regional a nível inter-regional e transnacional?

Ninguém contesta o valor acrescentado que a cooperação territorial representa para a Europa. Precisamos de a reforçar enquanto instrumento-chave da coesão territorial.

Quando olhamos concretamente para as fronteiras, encontramos-nos em territórios que oferecem sem dúvida as maiores oportunidades para a futura construção da Europa. É aí que afectamos diariamente a vida das pessoas. Existem obstáculos no domínio da segurança social e nos transportes, mas acho que conseguiremos ultrapassar tudo isso. A UE deve continuar a considerar este processo como um labora-

tório para a construção de uma União Europeia que tem uma presença diária. Penso que isto é muito importante.

Toda a gente quer que sejam implementadas as melhores práticas, mas isso não é possível sem algum financiamento e alguma regulamentação vindos da Europa. É preciso dizermos claramente que aos olhos das pessoas eleitas, das pessoas que trabalham nas instituições e das pessoas envolvidas nos aspectos económicos e sociais dos territórios, não é concebível que o actual objectivo da cooperação seja revisto depois de 2013. Melhoramentos, sim. Reformas, sim. Mas o intercâmbio das melhores práticas não se pode fazer sem custos e não devem ser colocadas restrições à cooperação territorial.

3. Qual o papel dos serviços públicos na coesão territorial?

O Tratado de Lisboa associa claramente a noção de serviços públicos à coesão territorial, um aspecto fundamental na construção da coesão territorial. Por exemplo, pensemos na Directiva dos serviços postais. Estou certo que se tivéssemos apresentado o texto para apreciação antes, relativamente às necessidades da política de coesão territorial não teríamos conseguido usar o mesmo texto, porque não dá resposta às necessidades da coesão territorial. Os serviços públicos constituem uma vertente que precisa de ser aplicada de novo à noção de coesão territorial. Isto pode incitar a Europa a rever um certo número de coisas em relação aos serviços públicos. Gostaria que o Livro Verde tivesse dado maior ênfase a este aspecto.



No «concerto europeu», a diversidade de cada uma das regiões constitui a força da Europa.

Andreas Faludi, Professor de Sistemas de Política Territorial na Europa no Instituto de Investigação OTB de Estudos de Habitação, Urbanismo e Mobilidade, Universidade de Delft, Membro Honorário do Instituto Real de Planeamento Urbanístico (RTPI, RU) e da Associação das Escolas Europeias de Planeamento (AESOP)

1. Como é que acha que o recente Livro Verde sobre a Coesão Territorial vai alterar as coisas no terreno?

Tratando-se de um documento para discussão, o Livro Verde sobre a Coesão Territorial não pretende em si mesmo «alterar as coisas no terreno», mas é evidente que nos podemos interrogar sobre os efeitos que poderão resultar desta discussão. Nestes termos, penso que será dada mais atenção ao local onde as pessoas vivem, onde as empresas estão situadas, onde se situam as comunidades locais ou as regiões em relação aos seus parceiros, aos seus concorrentes, aos seus mercados, etc. Por outras palavras, como se refere com razão nas Orientações Estratégicas Comunitárias, «a geografia é importante» e **espero que graças ao Livro Verde os intervenientes públicos e privados juntem forças para compreender melhor a geografia** e como ter em conta as suas posições geográficas. Nesta base, também se podem compreender melhor uns aos outros e melhorar as suas políticas individuais e conjuntas.

2. A cooperação parece ser um tema essencial no Livro Verde – que questões pensa que poderão ter de ser ultrapassadas para se conseguir uma verdadeira cooperação regional a nível inter-regional e transnacional?

Neste momento, a articulação das preocupações e das estratégias territoriais assenta basicamente numa organização institucional que foi evoluindo ao longo dos séculos, com os municípios na base de uma pirâmide, o Estado-nação no cimo e uma ou mais camadas intermédias. Esta organização está tão arreigada que dificilmente conseguimos pensar em nós e nas nossas instituições e em como organizar de outra forma a

legitimidade democrática. Ao mesmo tempo, a realidade muda rapidamente, com muitas relações a atravessarem as fronteiras bem definidas e sólidas, que foram desenhadas para conferir ordem a este sistema. Foram feitos muitos progressos para facilitar os intercâmbios, mas a organização existente ainda é muito poderosa. Por isso a responsabilidade ainda opera em termos da «minha comunidade», da «minha região», da «minha nação» ou dos «meus eleitores», como acontece com a legitimidade política – que constitui talvez o maior desafio para a cooperação inter-regional e transnacional.

3. Porque é que é tão difícil definir coesão territorial – a primeira questão que o Livro Verde coloca em debate e que é frequentemente suscitada nas discussões?

Tal como acontece com a coesão económica e social, que escapa igualmente a definições simples, a coesão territorial é um conceito abrangente. Michel Barnier, Comissário para a Política Regional durante 2000-2004, que foi responsável pela introdução do debate sobre a coesão territorial, identificou nela diversos elementos: preocupações de equidade (ou seja, o sítio onde as pessoas vivem não deve condicionar de forma determinante as suas oportunidades nem a sua qualidade de vida); competitividade (as regiões e as localidades desempenham cada uma à sua maneira um papel fundamental no crescimento e na criação de emprego); sustentabilidade e boa governação. Estes elementos representam preocupações diferentes e potencialmente contraditórias, que têm de ser especificadas e, espera-se, harmonizadas de caso para caso. A coesão territorial é portanto um convite para uma dança e não a dança em si mesma.

Lambert van Nistelrooij, Deputado Europeu, Relator do Livro Verde sobre a Coesão Territorial e do Quinto Relatório Intercalar sobre a Política de Coesão

1. Como é que acha que o recente Livro Verde sobre a Coesão Territorial vai alterar as coisas no terreno?

Gostaria de salientar a necessidade de «políticas horizontais» com uma abordagem integrada, para tornar mais eficiente a governação dos territórios. Os orçamentos e as políticas da UE são complementares entre si num determinado território. É por isso que apoio a abordagem da Comissão de «interligação, cooperação e concentração». Isto conduz a uma visão à escala europeia do nível de crescimento e de riqueza. Se forem os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais a escolher, os fundos da UE podem apoiar «picos de desenvolvimento». Assistimos ao aparecimento de novas entidades de desenvolvimento regional, por exemplo em regiões transfronteiriças e «meta-regiões», como na região do Mar Báltico. Além destes desenvolvimentos, a coesão territorial acentua o apoio ao crescimento sustentável e à concorrência em todas as regiões da Europa. **A afectação futura dos fundos europeus será influenciada pelo nosso objectivo de trabalhar numa Europa simétrica, multipolar e equilibrada.**

2. A cooperação parece ser um tema essencial no Livro Verde – que questões pensa que poderão ter de ser ultrapassadas para se conseguir uma verdadeira cooperação regional a nível inter-regional e transnacional?

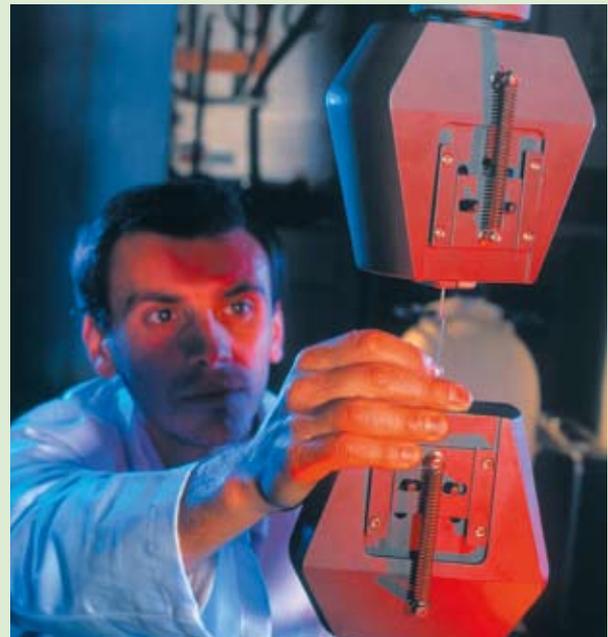
Em primeiro lugar, as regiões aprendem muito umas com as outras e partilham experiências em programas como «As Regiões e a Mudança Económica», «Regiões do Conhecimento» e a «Iniciativa Europeia de Vizinhança». A Europa tem uma forte tradição de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Os investimentos públicos e privados, a coordenação aberta ou ecossistemas inovadores são conceitos modernos que têm de ser fortemente apoiados. As regiões e as cidades são a plataforma territorial onde as políticas se interligam e ganham valor acrescentado.

No período 2007-2013, o Objectivo 3 (Cooperação) foi restringido em termos financeiros. Proponho que este Objectivo seja reforçado. O efeito multiplicador da cooperação inter-regional e transfronteiriça é elevado e deve ser mais bem definido.

3. Como é que o Parlamento pode contribuir para o aprofundamento do debate político sobre a coesão territorial, à luz da recente publicação do Livro Verde?

Nesta fase da discussão sobre a coesão territorial, o Parlamento irá avançar com ideias novas e estimulantes para alimentar o debate sobre o futuro da política de coesão. A «coesão territorial» deve aparecer no espírito dos intervenientes como um conceito horizontal destinado a definir o impacto territorial da coesão e das políticas sectoriais num determinado território.

Por conseguinte, o Parlamento Europeu deve manter-se firme na exigência da publicação de um Livro Branco sobre a Coesão Territorial, a seguir ao processo de consulta da Comissão. Só assim se abrirá caminho para traduzir a «coesão territorial» em disposições concretas, que devem ser introduzidas no próximo pacote legislativo sobre os Fundos Estruturais para o período de programação a seguir a 2013. Espero que o Parlamento Europeu salogue a dimensão territorial das nossas políticas de forma mais veemente do que fez até agora. Será uma abordagem para todo o espaço europeu e não apenas para as regiões mais pobres!



Ecossistemas inovadores: a cooperação e o intercâmbio das melhores práticas reforçam a competitividade.

Jesús Bedoya Vega, Director-Geral Adjunto de Economia do Ministério Regional de Economia e Finanças da Cantábria

1. Como é que acha que o recente Livro Verde sobre a Coesão Territorial vai alterar as coisas no terreno?

O Livro Verde é um documento muito interessante que alimenta o espírito e abre um debate sobre conceitos associados à coesão territorial. Contudo, na prática o avanço deste debate é prejudicado pela falta de ideias e de soluções concretas quanto aos aspectos financeiros, fundamentais quando se tentam aplicar as ideias contidas no documento.

2. A cooperação parece ser um tema essencial no Livro Verde – que questões pensa que poderão ter de ser ultrapassadas para se conseguir uma verdadeira cooperação regional a nível inter-regional e transnacional?

Como ponto de partida, é essencial definir e delimitar a natureza e as características de todos os tipos de cooperação. Os desafios, problemas e soluções referentes à cooperação transfronteiriça não são os mesmos da cooperação transnacional ou inter-regional. Tradicionalmente, a cultura da cooperação enraizou-se nas fronteiras vizinhas das regiões e por isso o empenhamento dos agentes da cooperação transnacional só aumentará se as zonas de cooperação existentes forem devidamente reforçadas e consolidadas.

3. Que avaliação faz da cooperação transnacional na região Sudoeste da Europa, em que a sua região é a autoridade de gestão?

A minha avaliação é muito positiva. Nos últimos anos fizeram-se muitos progressos, que permitiram a mais de quinhentas organizações do Sudoeste da Europa lançar projectos de cooperação conjuntos, mesmo quando não havia

experiências de cooperação anteriores. É este o verdadeiro sucesso da cooperação.



Cuidados de saúde, uma área especialmente propícia à cooperação transfronteiriça.

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) – promover os objectivos do Livro Verde

«A coesão territorial tem a ver com a adaptação às realidades e aos desafios actuais. Trata-se de um modelo europeu para o crescimento sustentável e a criação de emprego», explicou Danuta Hübner, Comissária responsável pela Política Regional, ao lançar o debate sobre o futuro da política de coesão.



O AECT contribui para reduzir a complexidade da cooperação transfronteiriça.

O Livro Verde sobre a Coesão Territorial fala de desenvolvimento harmonioso de toda a UE e em assegurar que as pessoas podem aproveitar ao máximo as características próprias das regiões onde vivem. Defende que a competitividade depende da criação de laços com outros territórios para que os recursos comuns sejam utilizados de modo coordenado e sustentável – mas se esses activos tiverem de ser partilhados por diferentes regiões ou para além das fronteiras dos Estados-Membros a situação pode tornar-se complexa. Para facilitar uma cooperação territorial mais estreita, a Comissão criou os AECT, que visam simplificar a administração e o controlo financeiro da cooperação territorial na Europa.

O que é um AECT?

O conceito de AECT apareceu num regulamento de 2006 em reacção à pressão de algumas euro-regiões transfronteiriças e organizações análogas que exigiam uma base legal para a sua cooperação. Para a criação de um AECT têm de estar envolvidos organismos de pelo menos dois Estados-Membros – também são eventualmente admitidos membros de fora da UE. Os organismos envolvidos podem pertencer a qualquer nível das autoridades centrais, regionais ou locais, serem associações ou qualquer outro organismo público.

A criação de um AECT deve visar um dos seguintes tipos de actividades principais. Pode ser a execução de programas ou de projectos de cooperação territorial europeia; pode abranger a realização de outras acções de cooperação territorial co-financiadas pela UE; e pode também realizar outras actividades não associadas a projectos financiados pela UE.

Quais são os benefícios da constituição de um AECT?

A abordagem da política de coesão está a tornar-se descentralizada: os programas de 2007-2013 esperam incluir organizações públicas a nível sub-regional, impulsionando assim a governação a vários níveis. Ao associarem-se e constituírem uma entidade com personalidade jurídica, estas organizações terão uma intervenção mais clara – proporciona-lhes uma via suplementar para participarem na execução de programas em pé de igualdade com os governos nacionais ou regionais.

Pela sua própria natureza, as complexidades associadas à criação de um AECT podem parecer insuperáveis; mas logo que se começa a avançar, os obstáculos à cooperação transfronteiriça, como os diferentes sistemas jurídicos e as estruturas administrativas e culturais, são eliminados e o grupo começa a funcionar sob a mesma direcção e sujeito a um único conjunto de regulamentos. Esta abordagem integrada confere aos participantes uma plataforma reconhecida legalmente para a coordenação de diferentes níveis e formas de administração, comprometendo-os numa estrutura jurídica vinculativa. Os AECT têm a dimensão, o empenhamento político, os recursos e, o que é importante, podem explorar o saber-fazer existente para desenvolver e executar estratégias territoriais, com base numa avaliação efectiva das necessidades.

Um AECT em acção

A cooperação transnacional entre regiões é muito importante entre a Galiza, Espanha, e o Norte de Portugal, como comprova o Eixo Atlântico.

Constituído por 34 cidades da Galiza e do Norte de Portugal, o Eixo Atlântico arrancou em 1992, inicialmente como meio de consolidar os pedidos de financiamento das regiões no âmbito do INTERREG. Este objectivo rapidamente se alargou, para incluir a promoção do debate político sobre estratégias transfronteiriças de desenvolvimento sustentável.

Embora este movimento tivesse tido altos e baixos – a inexistência de um enquadramento jurídico transfronteiriço antes do AECT fez com que outros níveis da administração considerassem que o grupo estava a intrometer-se no seu âmbito de actividades – o agrupamento regional foi um sucesso. No 15.º aniversário tem o seu orçamento controlado, está envolvido na criação de um AECT e desenvolve estratégias como a Agenda Digital Local i2020 e fomenta novas tecnologias e o Serviço de Estudos que permite a investigadores estabelecerem contactos.

Da Conferência sobre a Coesão Territorial, Paris



Coesão territorial – achamos que a queremos, mas não sabemos bem o que é

A cooperação e a concorrência excluir-se-ão mutuamente? O financiamento da coesão deve destinar-se a apoiar os territórios menos desenvolvidos em termos de PIB ou antes a favorecer pólos de excelência? Qual a validade do PIB como indicador? Estas são algumas das perguntas colocadas na Conferência sobre a Coesão Territorial e o Futuro da Política de Coesão. Realizada em Paris, em 30 e 31 de Outubro, a conferência atraiu mais de mil delegados de diferentes Estados-Membros e conferencistas das áreas da administração, das universidades e das ciências. A revista Panorama assistiu à Conferência e relata de Paris os temas em debate, as sessões de trabalho prático simultâneas e a mesa-redonda de síntese.

Tal como os conferencistas reconheceram, o conceito de coesão territorial não é fácil de compreender, o que torna o debate ainda mais necessário. Existe uma necessidade premente de consenso sobre o que representa esta ideia e como concretizar a noção, em termos práticos, atendendo ao lugar que é dado à expressão no Tratado de Lisboa. Embora ainda não tenha sido ratificado, os conferencistas mostraram unanimemente o desejo de que o Tratado seja assinado, o que tornaria necessário arranjar uma definição e uma visão a longo prazo para a noção de coesão territorial.

Hubert Falco, Secretário de Estado do Ordenamento do Território francês, abriu a conferência sublinhando a necessidade de um debate mais alargado, que incluía as pessoas envolvidas activamente nesta matéria e quaisquer cidadãos que considerem ter algo a dizer. «Esta conferência indica a nossa vontade de estabelecer um diálogo desde o nível local até ao europeu e levarei comigo a síntese das opiniões de hoje e de amanhã para a reunião dos Ministros de 25 e 26 de Novembro em Marselha», explicou ele quando procedia à abertura do evento. A consulta pública vai decorrer até ao fim de Fevereiro.

O último dia começou com uma síntese das conclusões das várias sessões de trabalho prático e ofereceu aos conferencistas a oportunidade de responderem às perguntas dos participantes. Uma mesa-redonda final centrou-se especificamente no futuro da política de coesão, com considerações da Comissária responsável pela Política Regional, Danuta Hübner, de Pierre Dartout (Delegado Interministerial para o Ordenamento e a Competitividade Territoriais, França) e do Director Adjunto para a Governação Pública e o Desenvolvimento Territorial da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Mario Pezzini, entre outros.

Lançamento do debate: «abertura da caixa de Pandora»

O efeito da globalização naquilo que agora reconhecemos como mercados financeiros frágeis, as alterações climáticas e as tendências demográficas – tudo aponta para a necessidade de adaptação à situação existente em cada uma das regiões da UE.

Reunidos na sala principal da conferência, os delegados ouviram uma avaliação razoavelmente unânime daquilo que se deve evitar, daquilo que a coesão territorial não deve ser: os fundos não devem ser considerados como compensação para reparar os prejuízos causados por más políticas sectoriais. «**Em todas as fases das decisões políticas sectoriais deve ser tido em conta o território ou então estaremos a perder tempo**», disse Michel Delebarre, Vice-Presidente do Comité das Regiões, que acrescentou que o Comité é absolutamente contra o facto de a coesão territorial ser uma caixa de ferramentas para reparar os prejuízos causados por problemas decorrentes da execução de outras políticas.

Os conferencistas não tinham todos a mesma ideia sobre o que deve ser a coesão e como atingir os seus objectivos, mas todos concordaram que o debate era crucial, ainda que complexo, e que devia responder a questões como: coesão territorial, sim ou não? Para financiar o quê e para quem? Políticas integradas ou sectoriais? Qual o papel da governação a vários níveis? Onde é que a coesão territorial se enquadra noutras políticas? Comparando o lançamento deste debate à abertura de uma caixa de Pandora, Jan Olbrycht, membro da Comissão REGI do Parlamento Europeu, deixou claro que embora a questão seja controversa, precisa de ser discutida e esclarecida. «O debate foi bom para a consolidação do Estado e constitui um processo de aprendizagem da boa governação nos novos Estados-Membros», referiu.



Coesão e Política Agrícola Comum

Metade da Europa é predominantemente rural e nela reside cerca de 20 % da população: a Europa Central e Oriental tem uma percentagem mais elevada de zonas rurais, que estão a fazer face aos desafios da migração e da modernização ao mesmo tempo. A forma como as zonas rurais são usadas está a mudar, variando o seu papel de Estado-Membro para Estado-Membro, muitas vezes em função da geografia ou da política nacional. **Uma coisa é certa em toda a UE: as regiões rurais apresentam as maiores variações em termos de PIB per capita.**

De acordo com as previsões da Comissão, até 2014 vão desaparecer cinco milhões de empregos na agricultura. Contudo, de uma perspectiva económica, as regiões rurais não devem ser consideradas sistematicamente em declínio.

Uma amostra dos pontos debatidos:

- A PAC tem uma dimensão territorial incontestável, especialmente quando se pensa no estatuto das regiões menos desenvolvidas, nas medidas agro-ambientais, no LEADER e nos diversos tipos de produção que estão fortemente ligados à geografia.

Questões suscitadas: se é esse o caso, a dimensão territorial da PAC devia ser reforçada? A PAC devia contribuir para a coesão? Os responsáveis políticos deviam basear-se em estudos de impacto territorial?

- As zonas rurais defrontam-se com múltiplos desafios, alguns dos quais estão no centro da PAC e da política de coesão. É provável que os Estados-Membros venham a ter complicações devido em parte a uma repartição pouco clara dos objectivos e do alcance entre as políticas de coesão e de desenvolvimento rural.

Questões suscitadas: deviam avaliar-se as medidas da política de coesão que contribuem para o desenvolvimento dos territórios rurais? Devia haver uma política europeia dedicada exclusivamente às questões rurais? A gestão dos fundos regionais devia ser reavaliada? Como é possível assegurar a governação multisectorial e a vários níveis?



Desenvolvimento sustentável

Um dos principais desafios que a Europa enfrenta actualmente é a implantação de um sistema económico que combine competitividade, restrições das emissões de carbono e segurança energética. A promoção das energias renováveis implica uma mudança importante de uma produção relativamente marginal para uma produção de massa. O desafio da política de coesão consiste em conciliar os objectivos da Estratégia de Lisboa, que dá ênfase ao crescimento e ao emprego, com a Estratégia de Gotemburgo, que se centra no desenvolvimento sustentável.

O regime de comércio de licenças de emissão, a promoção das energias renováveis, o aumento da eficiência energética e as técnicas de armazenamento e de captura de CO₂ irão contribuir para o controlo das emissões de gases. **Os Estados-Membros desejam claramente que os factores territoriais sejam considerados a nível nacional na definição dos objectivos que são exigidos a cada um deles.**

Não há dúvida que as alterações climáticas e o seu impacto variarão de região para região e que a capacidade dos territórios para lhes dar resposta será determinada pela respectiva geografia e pelas opções estratégicas e históricas em termos de ordenamento do território, de políticas energéticas e de desenvolvimento económico.

Questões que podem ser suscitadas:

- Porque é que a diversidade e o potencial dos territórios devem ser considerados condições importantes na luta contra as alterações climáticas?
- A intervenção das autoridades públicas a nível comunitário, nacional e local é decisiva na luta contra as alterações climáticas?
- Em que medida é que o êxito das estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável depende da integração das estratégias de Gotemburgo e de Lisboa?



Coesão territorial e governação

A revista Panorama assistiu à sessão de trabalho prático sobre governação, onde um dos principais pontos suscitados foi a dificuldade de definir território: território administrativo como unidades de governo ou o próprio terreno? Se for o terreno, devem ser incluídas as pessoas que nele vivem ou não? E governação também tem diferentes significados em vários Estados-Membros. «Porque é que não há cursos universitários sobre governação», perguntou Jean Marie Beaupuy, deputado europeu francês.

A cooperação foi discutida, tanto entre diferentes níveis de governação como entre territórios. Na opinião de Beaupuy, a governação é melhor quando envolve ao mesmo tempo a governação institucional, que é obrigatória, e a governação baseada em parcerias, que envolve organizações voluntárias que ultrapassam os requisitos da administração na sua resposta às necessidades do cidadão. «Este tipo de cooperação pode identificar o assunto, diagnosticar o problema, adoptar um plano de acção e realizar as acções», disse ele, acrescentando que a principal dificuldade não é o dinheiro necessário, é a natureza humana: «**é necessário que as pessoas compreendam que a partilha do poder não constitui uma ameaça**».

A ameaça perceptível de regiões fronteiriças que criam grupos interactivos de cooperação está a retrain alguns Estados-Membros.

Mas na conferência foi referido como a cooperação transfronteiriça entre regiões, na forma de Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), pode fazer bastantes progressos na realização de objectivos mútuos. Peter Udvardi, Director de um dos primeiros AECT da UE, Ister Granum, explicou que as regiões envolvidas na Hungria e na Eslováquia aproveitaram a oportunidade de criar um AECT, uma vez que «a falta de instituições conjuntas tinha mantido a região atrasada». O seu comité consultivo é constituído por representantes das três maiores empresas empregadoras da zona, três Câmaras da Indústria e Comércio e quatro membros da assembleia regional das ONG. A cooperação abrange a logística, transmissões de rádio e TV, indústria, cuidados de saúde, para os quais estabeleceram um sistema regional, e turismo, com rotas temáticas que atravessam as regiões.

Falando da Estratégia da UE para o mar Báltico, **Colin Wolfe, Director da Cooperação Territorial da DG REGIO**, resumiu o sentimento dos participantes: «**A coesão pretende ultrapassar distâncias, divisões e desigualdades**».

As questões suscitadas incluem:

- Deve haver um Conselho de Ministros para o desenvolvimento territorial a nível europeu?
- Como se deve promover a coerência das políticas da UE que têm impacto territorial para apoiar o desenvolvimento sustentável aos níveis nacional e regional?
- Como é que se pode reforçar a cooperação transeuropeia para facilitar a conectividade e a integração territorial?



Como se enquadra a coesão territorial no processo de Lisboa

O Quarto Relatório sobre a Coesão mostrou que existia um risco crescente de um desequilíbrio territorial provocado pela concentração do crescimento, da inovação e da produção nas regiões mais dinâmicas da União. Isto salienta a necessidade de ter em conta os efeitos da Estratégia de Lisboa nos diferentes territórios e o potencial destes para beneficiarem da estratégia.

A maior parte das pessoas concorda ser necessária uma maior consciência da diversidade territorial e um olhar mais atento à

escala em que são medidos e definidos os territórios quando se estabelecem os objectivos e se implementa a Estratégia de Lisboa.

A cooperação territorial acelera a disseminação e a transferência de boas práticas e a política de coesão no seu conjunto, com os seus objectivos e instrumentos, apoia de forma significativa a Estratégia de Lisboa.

Questões que podem ser suscitadas:

- Se a expansão equilibrada da actividade económica é a essência da coesão económica, social e territorial, que papel podem ter as autoridades públicas para assegurar que se aproveitam plenamente as oportunidades de explorar o potencial de todos os territórios da Europa?
- A coesão territorial pode ajudar a UE a atingir os seus objectivos em termos de crescimento e de emprego?
- Que políticas de inovação têm de ser criadas para evitar um fosso tecnológico entre os territórios com potencial e os territórios menos desenvolvidos?
- Acha que estratégias de inovação regionais individualizadas, baseadas em diagnósticos específicos dos pontos fortes e fracos e em parcerias locais deviam tornar-se a norma na política regional?

Que perspectivas agora?

Na sessão final houve mais perguntas do que respostas, suscitaram-se mais questões do que soluções, mas as perguntas eram orientadas e as questões mais definidas. A observação do dia anterior feita pela Directora-Geral Adjunta da REGIO, Katarina Maternova, de que «o conceito de coesão territorial é difícil de compreender, mas ganha cada vez mais sentido», pareceu confirmar-se.

Embora ainda não tenha sido ratificado o Tratado de Lisboa, onde está consagrada a noção de política territorial, a conferência deixou claro que o assunto começa a «fazer barulho», não faltando opiniões nem preocupações: até que ponto a cooperação territorial irá desgastar o poder dos Estados-Membros? Se a coesão territorial e uma apreciação das características individuais dos territórios tiverem de ser tidas em consideração no planeamento de todas as políticas e a todos os níveis, como é que isso se poderá realmente fazer? «Base local», «melhores indicadores», «olhar o mapa mais de perto», «os fundos não devem ser considerados um estojó de primeiros socorros», «a cooperação e concorrência são indissociáveis»: não há dúvida que este assunto vai estar no centro de muito mais debates e que o Livro Verde da Comissão e a subsequente consulta pública foram oportunos.



As fronteiras não constituem uma barreira à coesão territorial.

Portanto, onde estamos agora? Afirmando que não é este o momento para formular orientações e regulamentos, Andreas Faludi, Professor de Sistemas de Política Territorial na Universidade Técnica de Delft, exortou à continuação de um «planeamento político pragmático», com realização sistemática de avaliações de impacto por painéis de análise transnacionais e subnacionais, e à prossecução em força de políticas de coesão a todos os níveis.

É difícil definir o termo «território»: está associado, por um lado, à ideia de Estados-nação – os países não são países sem território – e, por outro, os territórios começam agora a aparecer como produtos de intenção humana; «existe um conflito entre as duas noções», explicou Faludi, acrescentando que é muito difícil para os Estados-Membros cederem as suas competências a grupos transnacionais.

Embora os Estados-Membros tenham dificuldade em acreditar que a cooperação entre regiões pode melhorar a competitividade e a vida dos seus cidadãos, para os responsáveis políticos já convencidos o problema está antes em saber como avaliar o impacto que estão a ter no terreno. O indicador utilizado com mais frequência, o PIB, não consegue descrever a situação de forma suficientemente pormenorizada. Como explicou Maternova, os indicadores podem ter funções normativas ou descritivas; na primeira categoria, o PIB é e continuará a ser fundamental, devido à sua solidez; na segunda, a Comissão está a trabalhar com o Eurostat para melhorar a compreensão da dinâmica.

Qualquer que seja a solução alcançada, não agradará a toda a gente. «Os indicadores são um verdadeiro problema, porque todos os Estados-Membros tentam retirar o que neles existe em seu proveito», disse Faludi.

Como explicou a Comissária Hübner: «Temos um mercado interno estruturado para a competitividade e o quadro macroeconómico estável da zona euro. E depois temos a política de coesão, que respeita a harmonia socioeconómica e favorece a solidariedade. **Precisamos desta política de coesão responsável perante todas as sociedades, territórios e regiões. Uma moeda, um mercado, uma política de coesão.**».



A crise do crédito lança uma sombra

Embora estivesse longe da imaginação de alguém quando a conferência foi planeada, o caos dos mercados financeiros poderá pôr em risco milhares de projectos de inovação em toda a Europa, com um efeito dramático ao mesmo tempo no emprego e nas empresas.

Michael Ralph, porta-voz de Vladimir Spidla, Comissário responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, exprimiu o receio de que a crise possa pôr em causa o que se conseguiu com a Estratégia de Lisboa. «Os fundos sociais podem e devem ser usados para estimular os nossos trabalhadores e as nossas empresas – é essencial para o crescimento futuro. **Temos sempre de nos lembrar que quem mais sofre numa recessão são os mais fracos.**».

A ameaça de um círculo vicioso foi apontada por Alain Rousset, Presidente da Associação das Regiões Francesas, na pré-conferência e reunião de lançamento com a imprensa. Apelou a financiamentos de curto prazo para aguentar as empresas e os institutos de investigação durante o próximo ano ou dois anos: «Hoje, o impacto e a duração da crise financeira devem ser minimizados. Arriscamo-nos a restringir o crédito ao investimento porque o trabalho de inovação é impedido porque o crédito se evaporou». Alain Rousset receia que se o crédito público não for importante, os bancos não intervenham.

Os delegados da Comissão asseguraram à conferência que estavam a ser elaboradas medidas financeiras para facilitar a situação nos Estados-Membros.

E a opinião dos participantes?



«Foi uma conferência muito bem organizada e interessante, com contribuições dinâmicas dos conferencistas. Embora os pontos principais sejam agora mais claros, teria sido interessante ouvir as pessoas que não concordam com a noção de coesão e a sua dimensão territorial. Seria interessante tornar o debate mais enérgico».

Concha Játiva Sevilla – Participa na Política Regional a nível da Direcção-Geral da Economia do Governo Provincial de Valença.

O que significa para si território?

IT

Territorio – terra com um governo e com fronteiras

DE

Gebiet – espaço

Territorium – terra e as pessoas que a habitam

FN

Alue – espaço

FR

Territoire – terra e as pessoas que a habitam

EN

Territory – terra ocupada, aquilo que alguém possui

Terrain – faixa de terreno, tendo em conta especialmente as suas características físicas

EL

Έδαφος – solo, faixa de terreno, espaço

Agenda REGIO

Datas	Evento	Local
5-6 de Fevereiro de 2009	Conferência sobre a Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/baltic/events_en.htm	Rostock, (DE)
9-13 de Fevereiro	A Direcção-Geral da Energia e Transportes da Comissão Europeia, as Instituições Europeias e os principais intervenientes no problema da energia sustentável lançam em conjunto a terceira edição da Semana Europeia da Energia Sustentável (EUSEW) http://www.fedarene.org/events/Fedarene_events/Eusew_2009/Eusew2009_events.htm	Bruxelas e outras cidades da Europa
Final de Fevereiro	Termina o período de consulta pública do Livro Verde sobre a Coesão Territorial – a análise dos resultados da consulta devem ser divulgados no final da Primavera	
21-24 de Junho	Conferência ISPIM – «O Futuro da Inovação», organizada pela ISPIM e realizada na Áustria pela Câmara Económica Federal e apoiada por DANUBE – <i>European Programmes for Training, Research and Technology and Ratio Strategy & Innovation Consulting</i> http://conference.ispim.org/	Viena, (AU)
25-29 de Agosto	49.º Congresso Anual da Associação Europeia de Ciências Regionais http://www.ersa.org/spip.php?rubrique2	Łódź, (PL)

Dê-nos a sua opinião

O processo de consulta do Livro Verde sobre a Coesão Territorial aproxima-se do fim em Fevereiro e a Comissão está muito interessada em saber o que tem para nos dizer sobre este assunto.

No sítio internet indicado a seguir pode abrir uma página *web* dedicada a este processo de consulta, com possibilidade de consultar o texto do Livro Verde e de dar a conhecer o seu ponto de vista.

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm

Para saber como apresentar a sua resposta e quem contactar para obter mais informações e documentos de referência com interesse, consulte:

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/consultation_pt.htm

As contribuições recebidas serão publicadas na internet. É importante ler a declaração de privacidade específica, disponível nesse sítio, para obter mais informações sobre como serão tratados os seus dados pessoais e a sua contribuição.

REGIO e redes

O futuro da Região do Mar Báltico

A Comissão convida todas as pessoas a comentarem e contribuírem para um projecto de Estratégia da Região do Mar Báltico através do sítio *web* «estratégia». No início de Novembro foi lançada uma consulta pública com duração até ao fim de 2008. As contribuições serão publicadas na internet. Esta estratégia procurará tornar a região sustentável do ponto de vista ecológico, próspera, acessível, atractiva e segura. O documento de consulta procura saber como se poderão orientar melhor os fundos, como estabelecer um equilíbrio entre as necessidades do ambiente e o desenvolvimento e crescimento das regiões e como organizar o recurso ao mar de forma mais racional. A resolução destas e das outras questões suscitadas exige o maior número possível de contribuições concretas – a zona é extremamente complexa. Os países implicados incluem oito Estados-Membros, a Noruega e parte da Federação Russa. A estratégia será concluída e apresentada como comunicação ao Conselho até Junho de 2009. Ao mesmo tempo, as autoridades de gestão dos programas da política de coesão da UE vão encontrar-se na Suécia para associar as acções definidas na estratégia ao financiamento disponível da política de coesão. Um dos próximos números da revista Panorama será totalmente dedicado à Região do Mar Báltico. http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/baltic/consultation_en.htm

Anuário Regional do Eurostat

Na edição de 2008 do Anuário Regional do Eurostat pode ser consultada uma panorâmica das mais recentes evoluções em termos económicos, sociais e demográficos nas 271 regiões dos 27 Estados-Membros da UE, bem como nas regiões dos 3 países candidatos (Croácia, antiga República jugoslava da Macedónia e Turquia) e dos 4 países EFTA (Islândia, Listenstaine, Noruega e Suíça). O Anuário do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias contém uma grande diversidade de dados de diferentes domínios estatísticos e inclui capítulos sobre populações, estatísticas urbanas, PIB, contas das famílias, estatísticas da estrutura empresarial, mercado de trabalho, transportes, turismo, ciências, tecnologia e inovação, saúde, agricultura, custos laborais e produtividade sectorial. <http://ec.europa.eu/eurostat>

Conferência «Trabalhar em rede para obter resultados» e RegioStars 2009

Com o tema «Trabalhar em rede para obter resultados», a Direcção-Geral da Política Regional e outros serviços da Comissão Europeia vão realizar a conferência anual da iniciativa «As Regiões e a Mudança Económica» em 16 e 17 de Fevereiro de 2009, em colaboração com o Comité das Regiões. O objectivo da conferência é permitir aos mais de 500 participantes, através de nove sessões de trabalho prático, estabelecerem contactos e trocar boas práticas para realizar a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego a nível regional. Ao debaterem a política regional europeia e os seus instrumentos, as regiões podem aprender entre si e traduzir em acções exemplos de boas práticas e de boa governação através da integração de políticas e de programas. É possível registar-se a partir do início de Dezembro no sítio *web* *Inforegio*.

Na noite de 16 de Fevereiro, a Comissária Europeia responsável pela Política Regional, Danuta Hübner, entregará os prémios «RegioStars» de 2009 aos projectos regionais vencedores, cujo objectivo é disseminar boas práticas de desenvolvimento regional europeu. http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/index_en.cfm

Ao Serviço das Regiões – a política regional da UE para 2007-2013



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/working2008/work_pt.pdf
Características da política regional europeia. Disponível em 22 línguas.

A Política de Coesão 2007-2013 Fichas de informação por países



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/info_en.htm
Uma visão geral das prioridades de investimento nacionais, das dotações financeiras e do impacto esperado da política de coesão nos 27 Estados-Membros.

Disponível em inglês, francês e alemão e na(s) língua(s) do Estado-Membro.

Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/interim5/com_2008_371_pt.pdf
Disponível em 22 línguas.

A Política de Coesão 2007-2013 Comentários e textos oficiais



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_pt.pdf
Agora disponível nas 22 línguas.

O texto completo da legislação, das propostas e dos documentos oficiais da UE pode ser consultado em linha em
<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

Em linha

http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/recovery/

Crise financeira – a resposta da política de coesão europeia. Para saber como a política de coesão contribui para o plano de recuperação económica da Comissão Europeia consulte a nova secção no sítio *web* *Inforegio*. Em 26 de Novembro, para dar resposta à actual crise económica e ao abrandamento da economia europeia, a Comissão Europeia apresentou um vasto plano de relançamento para a Europa. A política de coesão europeia está a contribuir de modo considerável para este plano. Foram adoptadas diversas medidas, tanto legislativas como não legislativas, para ajudar a acelerar a execução de projectos no terreno e insuflar confiança e redinamizar a economia europeia.



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/regions2020/index_en.htm

REGIÕES 2020: relatório da Comissão sobre os desafios futuros já em linha

Um novo relatório, «Regiões 2020», elaborado pela Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia, fornece uma primeira análise prospectiva do eventual impacto regional de quatro dos maiores desafios que a Europa enfrenta: a globalização, as mudanças demográficas, as alterações climáticas e o abastecimento de energia. Recorrendo a uma série de indicadores, o relatório faz um levantamento do grau de vulnerabilidade das regiões europeias a estes desafios e examina as eventuais disparidades que os mesmos podem produzir em toda a UE. As conclusões irão alimentar o processo de reflexão sobre o futuro da política de coesão europeia.



<http://www.interreg4c.eu/>

O INTERREG IVC faz parte do Objectivo da Cooperação Territorial Europeia e visa associar regiões experientes com outras que carecem de experiência e facilitar ao mesmo tempo o intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas. Neste sítio pode consultar convites para apresentação de propostas, candidaturas a financiamento e informações sobre os pontos de contacto que existem perto de si.



<http://lisbon.cor.europa.eu/lisbon-monitoring-platform.html>

A Plataforma de Acompanhamento de Lisboa é uma secção do sítio *web* do Comité das Regiões, que estuda a relação entre a política de coesão e os objectivos de crescimento e emprego consagrados na Estratégia de Lisboa. Tem uma série de objectivos que incluem a identificação dos obstáculos que se deparam às autoridades locais quando executam a estratégia e a ajuda a essas autoridades para encontrarem soluções realistas, oferecendo às autoridades regionais e locais uma base de argumentação nos seus debates nacionais e monitorizando como os governos a nível regional e local contribuem para os programas de reforma nacionais sobre a questão do crescimento e emprego. O sítio oferece sobretudo análises e orientações.



A consulta pública precisa das suas ideias

Este número da revista Panorama foi dedicado à análise do Livro Verde da Comissão sobre o futuro da política de coesão. Se não teve tempo de o ler, consulte o sítio *web* onde pode ler o documento e dê-nos a sua opinião durante o período de consulta pública. Atenção que a consulta termina no final de Fevereiro, por isso, se tem ideias, esperanças ou receios, tem agora oportunidade de os expressar.

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm

Contactos

Raphaël Goulet
Avenue de Tervuren 41, B-1040 Brussels
Fax (32-2) 29-66003
E-mail: regio-info@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2008
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Impresso na Bélgica

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
L-2985 Luxemburgo



Serviço das Publicações
Publications.europa.eu